

A prática pedagógica em supervisão escolar: a importância da inter-relação entre o supervisor pedagógico e o corpo docente

Jociane Aparecida Carlos¹

Ivana Guimarães Lodi²

Resumo: O presente artigo pretende refletir sobre a profissão de supervisor de ensino, demonstrando a importância da plena interação entre o professor e o supervisor, mediante as questões educativas e pedagógicas decorrentes no cotidiano escolar. Dentro da escola, a função do supervisor nem sempre é bem delimitada. Muitos pensam que o profissional que exerce o cargo, apenas comparece à escola para “fiscalizar” e dar “ordens”. Embora outros acreditem que cabe a ele resolver problemas disciplinares dos alunos. Pode-se dizer que os professores, na sua grande maioria, veem o supervisor como agente de fiscalização da sua prática pedagógica. Para os educadores a presença do supervisor é apenas para observar a sua aula, e posteriormente delegar o que deve ser feito ou não. Diante de tal situação, o professor se sente desamparado, desprovido de auxílio, de trocas de experiências e/ou vivências. Contudo, a presença do supervisor acaba se tornando um incômodo. Buscamos aprofundar sobre o tema, acreditando que a constante interação, diálogo, e troca de experiências e vivências poderão contribuir para um processo de ensino e aprendizagem significativo e contextualizado, como também, tecemos algumas considerações sobre o importante papel do supervisor escolar no processo educativo.

Palavras chave: Supervisor, professor, interação, diálogo, fiscalização.

1. Introdução

Ser formador é oferecer a teoria e as condições para aprimorar a prática. É reunir opiniões e concepções da equipe em torno de um projeto pedagógico. É fazer com que os professores consigam ver além dos hábitos e conceitos adquiridos com a experiência e a formação inicial, por meio da sistematização do que ocorre em sala de aula (HEIDRICH, 2009).

O intuito deste trabalho é refletir sobre as origens e as características das críticas e visões inerentes à prática dos supervisores escolares. E ainda, destacar

¹ Pedagoga - Aluna da pós-graduação em Supervisão escolar.

² Pedagoga e Historiadora. Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Didática. Mestre em Educação Superior. Professora e coordenadora no UNIARAXÁ.

a importância de uma boa inter-relação entre o supervisor e o professor, para que ambos possam (re) construir uma educação transformadora, significativa e humanitária.

Embora o contexto educacional tenha passado por várias transformações no decorrer dos anos, nos dias atuais a Escola ainda presencia certos paradigmas e/ou concepções tradicionais bem explícitas que acabam interferindo no processo pedagógico. Um desses dilemas diz a respeito à concepção de supervisão, e consequentemente ao relacionamento entre o supervisor e o professor. Pode-se dizer que o orientador educacional é concebido como um “fiscal”, um “investigador”, ou até mesmo um “juiz”; que determina o que pode e/ou que deve ser feito. Diante de tal situação, o professor se sente desamparado, desprovido de auxílio, de trocas de experiências e/ou vivências. Assim, a presença do supervisor acaba se tornando um incômodo.

Diante deste quadro, questionamos qual é o papel do supervisor escolar para garantir um trabalho eficiente e conjunto com os professores. Partindo desta premissa é que surgiu a necessidade de discutirmos e refletirmos sobre essas questões.

Inicialmente, buscamos compreender e refletir sobre a evolução do conceito de supervisão de ensino, como também, identificamos quais funções compete a este profissional no processo de ensino. Buscamos conhecer alguns aspectos que podem interferir na relação supervisor e professor, apontando possíveis caminhos para a solução dos problemas oriundos desta relação.

Em suma, como lembra Lavelberg (2009), a orientação educacional tem dever de auxiliar a escola para promover socialização, (re) construindo as ações pedagógicas e educacionais, propiciando a articulação de valores que resultem em atitudes éticas no âmbito do convívio escolar e social. E sem a mera intenção de mencionar o que é certo ou errado, o que deve ser feito ou não, pretende-se com este estudo, refletir sobre algumas ações e posições do ser supervisor e professor no lócus de ensino.

1.1 Evolução da concepção de supervisão escolar

Repensar a ação supervisora nas instituições escolares requer uma breve análise na linha do tempo, percorrendo fatos e conceitos da história da supervisão educacional, para entendê-la em suas origens e em seus avanços. No contexto brasileiro, a supervisão é uma profissão relativamente recente.

O pressuposto do que vem a ser supervisão originou-se na indústria, relacionada com a produção. Antes de ser contemplada na educação, a supervisão era empregada na indústria como uma forma de melhoria da qualidade e da quantidade. Pode-se dizer que foi a partir de 1900 que a supervisão se integra à educação, com a intenção de melhorar o desempenho da escola mediante a ação educativa, a fim de buscar atender as necessidades do educando. Posteriormente, ao ano de 1920, a supervisão dirigiu-se para a eficiência do professor, buscando orientá-lo para mudanças didáticas às quais permitissem um maior rendimento escolar. Em

torno da década de 30, a supervisão sofreu influências de grandes estudiosos sociais e passou a priorizar mais a cooperação e a coordenação dos professores em suas ações pedagógicas.

Em meados dos anos 70, com a Reforma Francisco Campos, foi decretada a Lei 19.890 de 18/4/1931, a qual veio diferenciar a orientação escolar da mera concepção de fiscalização.

Com base nos dizeres de Nérici (1978), no intervalo do ano de 1940 a 1960 a supervisão teve preocupação em sensibilizar o professor para a pesquisa, na qual visava que o educador tinha que tomar consciência de suas dificuldades e, posteriormente, ir em busca de orientação necessária para que pudesse melhorar sua atuação e a superação das dificuldades.

No ano de 1942, pelo Decreto-Lei 4.244 de 9/4/1942 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, na qual concebia no artigo 75, parágrafo 1º que dizia que “a inspeção far-se-á, não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica, aplicando-se, dessa forma, às atividades da inspeção” (LIMA, 2008, p.70).

Em 1953, por meio do Decreto-Lei 34.638 de 14/11/1953, foi elaborada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), a qual tinha como principal objetivo “melhorar a qualidade do ensino por meio do treinamento de recursos humanos, oferecendo aos inspetores da época subsídios para a formação e a fundamentação de seu trabalho nas escolas, enfatizando, sempre, o caráter pedagógico” (LIMA, 2008, p.70-71). E ainda na década de 50, por meio de “uma política de alianças” entre Brasil e Estados Unidos, a inspeção surgiu no campo educacional brasileiro de maneira diferenciada, ou melhor, de maneira mais contemporânea. Assim, houve a garantia e a efetivação de uma política desenvolvimentista que trazia a idéia de uma educação voltada para a transformação social. Foi a partir de então que a supervisão escolar foi classificada e nominada legalmente, através de um protótipo americano, em que prevaleciam os métodos e técnicas de ensino.

Assim, a supervisão escolar teve início aqui nas terras brasileiras, por meio de cursos promovidos pelo Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), o qual foi o primeiro a formar supervisores escolares para atuarem no ensino elementar (primário) brasileiro. A finalidade era modernizar e melhorar a qualidade do ensino e a formação dos professores.

De acordo com Medina, uma das idéias contidas nos objetivos do PABAE era:

Introduzir e demonstrar aos educadores brasileiros os métodos e técnicas utilizados na educação primária, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio do estímulo à iniciativa do professor, no sentido de contínuo crescimento e aperfeiçoamento. Criar, demonstrar e adaptar material didático e equipamento, com base na análise de recursos disponíveis no Brasil e em outros países, no campo da educação primária (MEDINA, 2002 *apud* PABAE, 1964, p.4-5).

O PABAE foi um programa apontado como a grande novidade educacional brasileira, tendo repercussão desde o ano de 1957 à 1963, atribuído a um “caráter inovador na área pedagógica e preocupando-se, principalmente, com os meios que possibilitariam o reformismo educacional” (LIMA, 2008 *apud* MORAES, 1982, p. 24).

No ano de 1961, com a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - Lei 4.024 de 20/12/1961 nota-se que as transformações ocorridas no campo da supervisão foram retomadas para o “Ensino Primário”.

Em seu artigo 52 (LDB, 1961 *apud* LIMA, 2008, p. 71) diz que “o ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relacionados à educação da infância”.

A partir de então, ficou determinado que os governos, tanto estadual quanto municipal, tinham que assumir e administrar os encargos de organização e execução de todo o sistema educacional. Ao Governo Federal cabia o propósito de definir as metas a serem alcançadas em todo o país e uma ação supletiva às deficiências regionais, por meio de auxílio financeiro e de assistência técnica. Mediante a esse princípio de descentralização administrativa em nível de execução, também foi descentralizado pela LDB a inspeção, delegando aos Estados a incumbência de organizar esses serviços, referente ao ensino primário e médio.

Tendo em vista que o PABAE teve grande influência no sistema educacional brasileiro no início dos anos 60, o Brasil sofre grandes transformações, as quais acarretaram mudanças significativas no campo educacional. A partir da política do governo pós-64, a educação tornou-se o principal assunto de interesse econômico e de segurança nacional.

Nos diversos sistemas educacionais das unidades federativas, a supervisão escolar passou a exercer a função de controlar a qualidade do ensino, e também, a de criar condições necessárias para que se promovessem a melhoria da qualidade do ensino. No entanto, exigia-se do supervisor uma formação em nível superior.

Segundo Saviani:

(...) como as demais habilitações educacionais criadas e oficialmente institucionalizadas na educação brasileira, a partir da regulamentação da lei 5540/68, a supervisão escolar passa a ter sua formação em cursos de graduação, sendo processada a partir da linha em que se davam os cursos promovidos pelo Pabae e Pamp. Isto é, fundamentada nos pressupostos da pedagogia tecnicista – que se apóia na neutralidade científica e se inspira nos princípios da racionalidade, eficácia e produtividade do sistema. (LIMA, 2008 *apud* SAVIANI, 1988, p. 15)

Contudo, a presença dos especialistas em supervisão no interior do sistema educacional, demonstra o reforço à divisão do trabalho na escola.

Pode-se dizer que desde o ano de 1960 até os dias atuais, a supervisão tem sido incorporada pela eficiência, cooperação e pesquisa, com vistas ao de-

envolvimento profissional do educador. A supervisão escolar requer meios que transformem o professor em um profissional cada vez mais consciente, eficiente e (co) responsável no processo educativo.

Desde então, a supervisão educacional passou por três fases distintas, apresentadas a seguir.

1.1.1 Fase Fiscalizadora

Conforme diz Nérici (1978), este período da supervisão é considerado a primeira fase em que há confusões com a inspeção escolar. A fase fiscalizadora é demarcada pela característica do supervisor direcionar o seu trabalho mais para a função técnica e administrativa. Tal ação era voltada para o cumprimento das leis de ensino, das condições do prédio, das situações legais dos docentes, do cumprimento das datas e prazos de atos escolares (provas, transferências, matrículas, férias, documentação dos educandos, dentre outros).

Pode-se dizer que esta etapa da supervisão prioriza o seguimento de padrões rígidos e inflexíveis e esses segmentos eram os mesmos adotados por todo o país. Não havia respeito com as diferenças e individualidades de cada região, de cada instituição e de cada aluno.

1.1.2 Fase Construtiva

Esta modalidade da supervisão é conhecida por fase construtiva e/ou supervisão orientadora. A atuação do supervisor nesta fase sofre uma mudança significativa mediante a fase anterior. A supervisão orientadora é caracterizada por passar a ter reconhecimento de que é necessária uma melhoria na atuação dos professores. A partir de então, os especialistas em supervisão começaram a promover cursos de aperfeiçoamento e atualização dos professores.

Portanto, através destes cursos, como menciona Nérici (1978), era possível identificar os “erros” praticados na atuação do professor em sala de aula e, posteriormente, realizar trabalhos acerca dos próprios “erros” para tentar saná-los, buscando novos conceitos e metodologias.

1.1.3 Fase Criativa

Para Nérici (1978), a fase criativa é quando a supervisão passa a ser diferenciada e separada da inspeção escolar. A partir desta fase, a supervisão escolar passa a ter como principal finalidade o aprimoramento de todo o processo ensino-aprendizagem. Deve-se ressaltar que o papel do supervisor nessa fase é o de permitir que todos os envolvidos no âmbito educacional (professores, pais, alunos, funcionários em geral), participem ativamente de todas as decisões, no sentido de um trabalho cooperativo e democrático.

1.1.4 Supervisão Escolar Autocrática

A supervisão autocrática é aquela que prioriza a ação autoritária do supervisor, que determina todas as ordens, sugestões e direções para a melhoria do processo de ensino. Segundo Nérici (1978), esta forma de supervisão emite ordens e controla o seu comprimento, funcionando como sendo capaz de encontrar soluções para todas as dificuldades, qual “repositório da sabedoria didático-pedagógica”. Esta forma de supervisão procura impor-se pela autoridade e pela intimidação, ao invés de captar a confiança e desenvolver a cooperação entre ele e o professor, não utilizando da possível cooperação entre as partes, sacrificando o seu espírito criador, dentre outras.

1.1.5 Supervisão Escolar Democrática

É notório o fato de a supervisão escolar democrática ser aquela em que a atuação do supervisor é baseada na liberdade de expressão, respeito, compreensão, e criatividade. O trabalho desenvolvido não é feito de forma impositiva, e sim, democrática, onde tomada de decisões envolve todos os responsáveis pelo processo educativo.

Novamente Nérici (1978), nos fala que o supervisor democrático caracteriza-se pela habilidade de respeitar a individualidade dos seus companheiros de trabalho, estimular a iniciativa e criatividade dos professores, e, aplicar possíveis normas de relações humanas, estimulando o espírito de grupo entre os protagonistas do processo ensino-aprendizagem.

2. Supervisão escolar: afinal, qual é o objeto de trabalho do supervisor escolar?

Este questionamento nos convida para uma reflexão sobre as ações reais dos supervisores no interior da escola. Pode-se afirmar que há diversas e distintas concepções e paradigmas a respeito do ato da supervisão escolar, os quais instigam um estudo aprofundado. Mediante as “verdades absolutas” pertinentes à prática da supervisão, acentua-se a necessidade de compreender, mais amplamente o especialista em supervisão escolar.

A supervisão escolar é entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático. O supervisor é um dos principais líderes do processo educativo, ou seja, é um dos grandes responsáveis pela melhoria do processo ensino-aprendizagem. Pode-se afirmar que o supervisor é concebido como um profissional que tem a função de “orientar e de dar assistência” aos educadores mediante todos os aspectos, sejam educacionais, pedagógicos, como também sociais. O papel primordial do supervisor escolar é o de ser o mediador e colaborador das atividades educativas desenvolvidas pelo professor. O supervisor é aquele que orienta, aprende e ensina, tornando-se um parceiro no processo educativo.

Como destaca Nérici, “A supervisão escolar visa à melhoria do processo

ensino-aprendizagem, para o que tem de levar em conta toda a estrutura teórica, material e humana da escola” (1978, p. 26).

Observa-se muitas vezes, que este profissional exerce apenas a função de cuidar da escola, seja no aspecto organizacional, administrativo ou gerencial, mas, além destas citadas anteriormente, a ação do supervisor não se limita à tarefa de ser um “gerente”, mas também requer uma liderança pedagógica. Assim, é imprescindível que o supervisor saiba articular o administrativo com o pedagógico. Para que esta função seja efetiva, o especialista da área da supervisão deve ter pleno conhecimento da didática, para poder dar apoio aos professores. Segundo Vieira [200?], o supervisor pedagógico deve acompanhar a prática dos docentes de maneira que os ajudem a se tornarem os supervisores da sua própria prática, ambos em constante interação, diálogo e troca de experiências, para que possam assim, contribuir para um processo de ensino e aprendizagem significativo e contextualizado.

Tendo em vista que a supervisão requer o domínio da liderança para que possa conscientizar os envolvidos no âmbito educacional a desenvolverem uma educação de qualidade, esta função requer o pleno exercício de uma liderança educacional ativa, ética e em constante comunicação com todos os envolvidos.

Vale lembrar mais uma vez, que o ato de liderar não é mandar e somente chefiar, mas exercer as funções de liderança com as “habilidades” necessárias na busca de harmonizar o trabalho de forma cooperativa e harmoniosa.

A ação do supervisor deve propiciar que os objetivos da educação sejam alcançados e para isso, o supervisor deve criar as condições para esta efetivação, buscando sempre se aprimorar no embasamento teórico e prático, de forma diferenciada e inovadora.

2.1 Etapas da Supervisão Escolar

De acordo com Nérici (1978), a atuação do supervisor escolar se desenvolve por meio de três etapas: planejamento, acompanhamento e controle.

O planejamento é o ato de elaborar um “roteiro” de tudo que será realizado no período letivo, seja semestral ou anual. É necessário dizer que planejar significa analisar uma dada realidade, refletir sobre as condições existentes, e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades buscando alcançar os objetivos propostos.

Este planejamento deve ser composto por um conteúdo objetivo e flexível, para que possa ser ajustado com as necessidades que surgirem no cotidiano escolar.

Alguns aspectos relevantes deste planejamento, como lembram Nérici (1978), são: determinar ou reformular o currículo, organizar o calendário escolar, prever diversos tipos de reuniões, prever cooperação na elaboração dos planos de ensino e das normas de verificação e avaliação da aprendizagem, refletir sobre a vida disciplinar da escola, levantamento da realidade dos alunos e do meio, selecionar métodos e técnicas de supervisão contextualizadas, dentre outras.

Já a etapa de acompanhamento o supervisor deve analisar diariamente se todos os planejamentos estão sendo executados com eficiência. Esta etapa propicia que o especialista observe a atuação e o desempenho dos educadores, para posteriormente, orientá-los e coordená-los.

A atividade profissional executada pelo acompanhamento deve ser realizada durante todo o período letivo. Tal ação permite que o supervisor faça replanejamentos, quando for preciso.

Já a etapa de controle, é aquela fase da atividade da supervisão, em que se efetua uma análise acerca dos resultados obtidos. O intuito desta fase é prevenir desvios, retificações e alterações buscando atender às necessidades da escola, do professor, do aluno e da comunidade.

Esta etapa tem como característica avaliar o rendimento escolar, observar a mudança de comportamento dos educandos, tratar e analisar os dados obtidos e recomendar meios para sanar as deficiências levantadas em todo o processo.

2.2 Funções da Supervisão escolar

Com o decorrer do tempo, percebe-se que a função do supervisor escolar sofreu diversas mudanças significativas, passando por distintos perfis, tais como o de fiscalizador, controlador espontâneo, inspetor e atualmente, tem-se a visão do supervisor como parceiro e companheiro do trabalho pedagógico. A função primordial é de orientar para a ação educativa abrangente, dentro dos princípios legais e de formação integral.

Partindo do princípio de que as funções da supervisão são múltiplas e significativas, faz-se necessário destacar algumas delas conforme Brigs e Justman [19--?] *apud* Nérici (1978, p. 42-43), que são:

- Ajudar os professores a melhor compreenderem os objetivos reais da educação e o papel especial da escola na consecução dos mesmos.
- Auxiliar os professores a melhor compreenderem os problemas e necessidades dos jovens educandos e atender, na medida do possível, a tais necessidades.
- Exercer liderança de sentido democrático, sob as formas de promoção do aperfeiçoamento profissional da escola e de suas atividades, buscando relações de cooperação de seu pessoal e estimulando o desenvolvimento dos professores em exercício, colocando sempre a escola mais próxima da comunidade.
- Estabelecer fortes laços morais entre os professores quanto ao seu trabalho, de tal forma que operem em estreita e esclarecida cooperação, para que os mesmos fins gerais sejam atingidos.
- Identificar qual o tipo de trabalho mais adequado para cada professor, distribuindo tarefas, mas de forma que possam desenvolver suas capacidades em outras direções promissoras.

- Ajudar os professores a adquirir maior competência didática.
- Orientar os professores principiantes a se adaptarem à sua profissão.
- Avaliar os resultados dos esforços de cada professor, em termos do desenvolvimento dos alunos, segundo os objetivos estabelecidos.
- Ajudar os professores a diagnosticar as dificuldades dos alunos na aprendizagem e a elaborar planos de ensino para superação das mesmas.
- Auxiliar a interpretar o programa de ensino para a comunidade, de tal modo que o público possa compreender e cooperar nos esforços da escola.
- Levar o público a participar dos problemas da escola e recolher suas sugestões a esse respeito.
- Proteger o corpo docente contra exigências descabidas de parte do público, quanto ao emprego de tempo e energia dos professores.

Estas funções, só serão concretizadas, se a relação supervisor e professor decorrer de uma perspectiva de resolução de problemas e atendimento às reais necessidades da escola e se houver dedicação ao trabalho em grupo.

3. Relações humanas no cotidiano escolar: a supervisão e o corpo docente

Partindo do princípio de que não é recente a visão do supervisor pedagógico que assume o papel de fiscalizar, de “bisbilhotar” o trabalho do corpo docente, para posteriormente delegar o que deve ser feito ou não, nos dias atuais esta imagem mudou. Segundo Melo (2005), atualmente espera-se que este profissional tenha a capacidade e habilidade de coordenar todas as ações educativas oriundas na mesma instituição de ensino.

O profissional coordenador pedagógico, em alguns lugares supervisor, constantemente se depara com diversos e distintos desafios no cotidiano escolar. Pode-se dizer que o papel do supervisor vai além da sua função, este realiza serviços de ouvidoria dos alunos, professores e pais, serviços administrativos e/ou executivos, dentre outros.

Diante das diversas ações emergentes da vida escolar, a relação entre o supervisor e o professor acaba sendo debilitada, fazendo com que o tempo para ambos repensar e analisar as práticas pedagógicas acabe sendo insuficiente para alcançar a qualidade de aprendizagem desejada.

A insuficiência de um período ideal para o diálogo, acarreta possíveis problemas nas relações pedagógicas entre os envolvidos. Sobre isso, Melo diz que “(...) faz parte do convívio com os professores o sentimento de desconfiança, competição, disputa de influência e até de poder” (2005, p. 28). As limitações de aproximação entre o supervisor e o corpo docente acarretam certas tensões, frustrações, desconfianças, as quais prejudicam a comunicação entre os mesmos.

Desta forma, a presença do supervisor acaba se tornando um incômodo e o professor passa a não ter confiança e liberdade para dividir com ele suas preocupações, anseios, dificuldades e/ou progressos.

Portanto, para que se possam inibir possíveis situações tidas como “problemas” relacionais entre professores e supervisores, é inevitável que se criem condições necessárias às boas relações profissionais e também, interpessoais.

Para que as ações necessárias à qualidade significativa no âmbito de trabalho, é imprescindível que tanto o supervisor, quanto o corpo docente trabalhem em equipe.

Mais uma vez, Nérici nos fala que “As relações humanas fundamentalmente, devem perseguir a valorização da criatura humana e o respeito a ela” (1978, p. 64). Em tempos modernos, o papel do supervisor escolar é o de propiciar que as relações sociais entre ele e o docente, sejam fundamentais para a evolução e melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Em suma, a supervisão escolar é uma profissão que requer constantemente o contato com as pessoas. Nesse sentido, é fundamental as boas relações entre todos os envolvidos no processo.

O trabalho em equipe é essencial para alcançar os objetivos e metas previstas, embora muitos ainda não valorizem o trabalho coletivo. Dessa forma, é necessário que o supervisor proponha estratégias, objetivos definidos, uma comunicação eficaz, feedbacks constantes e liderança compartilhada, para um relacionamento de respeito e democrático no ambiente escolar, criando assim, boas condições de trabalho e um bom clima relacional.

É válido ressaltar que “embora a tarefa de conseguir essas condições para o trabalho não seja evidentemente, só da coordenação, é também dela, devendo, portanto, se comprometer com sua concretização, articulando-se com os demais seguimentos” (VASCONCELLOS, 2002 *apud* MELO, 2005, p.90).

No entanto, o supervisor pedagógico deve ter plena consciência de que os professores precisam de apoio e orientação amigável e compreensiva, buscando conhecer e apoiar nas necessidades do dia-a-dia na escola. Tal fato implica observar a prática e interferir criticamente, possibilitando ao professor tornar-se co-responsável dos seus atos.

É indispensável que o supervisor auxilie os educadores no desenvolvimento das suas próprias potencialidades, pois o alicerce para se construir boas relações humanas, é acreditar nos “valores” das pessoas, como também, no seu próprio valor.

Uma virtude a ser desenvolvida e praticada sempre no trabalho de supervisão, é a autoconfiança, fundamental para o equilíbrio pessoal e que transmite tranquilidade e segurança a todos da equipe.

Enfim, o supervisor deve incentivar e oportunizar, que todos os envolvidos no processo educativo expressem autoconfiança e segurança no que fazem, levando ao reconhecimento do seu valor pessoal e profissional.

4. Considerações Finais

O século XXI requer uma nova escola e um renovado serviço de Supervisão Escolar, direcionada para uma escola cidadã, que garanta a todos os educandos, acesso e permanência na escola, como também, educação de qualidade. O supervisor escolar tem uma contribuição específica e importante em todo o processo de ensinar e aprender e para isso, é necessário levar em conta as diferenças individuais dos professores, se sensibilizando com estas diferenças no processo de ensino-aprendizagem.

É inegável a importância do bom relacionamento entre os envolvidos para o sucesso da aprendizagem. Isso só é possível se houver uma relação satisfatória do supervisor com os demais sujeitos envolvidos no âmbito educacional, principalmente, os professores.

O supervisor é um educador, portanto, é seu dever estar sempre atento ao processo de desenvolvimento da aprendizagem, buscando meios de transformá-la em um conhecimento legitimado e sempre pautado pela ação-reflexão-ação.

Como sujeito responsável pelo processo de fazer acontecer e se necessário, buscar caminhos de melhoria dos mecanismos que levam ao conhecimento, o papel do supervisor é hoje fundamental, como também, de grande importância na construção de uma educação que agregue não somente a qualidade, mas a formação integral do ser humano.

Referências:

- ALMEIDA, F. J. Conheça a trindade pedagógica: diretor, coordenador pedagógico e supervisor de ensino. **Rev. Nova Escola**, São Paulo, edição 229, 2010. Disponível em: <<http://www.novaescola.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.
- AUGUSTO, S. Desafios do coordenador pedagógico. **Rev. Nova Escola**, São Paulo, edição 192. 2006. Disponível em: <<http://www.novaescola.com.br>>. Acesso em 12 out. 2010.
- HEIDRICH, G. Os caminhos para a formação de professores. **Rev. Nova Escola**, [S.l.], 2. ed., 2009. Disponível em: <<http://www.novaescola.com.br>>. Acesso em: 14 out. 2010.
- LAVELBERG, C. Currículo oculto. **Rev. Nova Escola**, [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.novaescola.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.
- LAVELBERG, C. Como deve atuar o orientador educacional. **Rev. Nova Escola**, [S.l.], 3. ed. 2009. Disponível em: <<http://www.novaescola.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.
- MEDINA, A. S. **Supervisão Escolar**: da ação exercida à ação repensada. Porto Alegre: Age, 2002, 163 p.
- MELO, F. Desenvolvendo competências para a gestão escolar: os implícitos nas relações diretor/ supervisor/ professor. **Revista: Evidência** – pesquisa e saberes em educação, Araxá, 2005. p. 95-108.

NÉRICI, I. G. **Introdução à Supervisão Escolar**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

POLATO, A.; NADAL, P. Como atua o trio gestor. **Rev. Nova Escola**, [S.l.], 3. ed. 2009. Disponível em: <<http://www.novaescola.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2010.

RANGEL, M. **Nove olhares sobre a Supervisão**. 14 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

RANGEL, M; LIMA, E.C.; FERREIRA, N.S.C. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2008.

VIEIRA, Flávia. **Para uma visão transformadora da supervisão pedagógica**. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: 20 out. 2010.

Abstract: This paper aims to reflect on the profession of teaching supervisor, demonstrating the importance of full interaction between the teacher and the supervisor, through the educational and pedagogical issues arising in everyday school life. Inside the school, the role of the supervisor is not always well defined. Many think that the professional who holds the position, only attends school for “monitoring” and giving “orders”. While others believe that it is up to him to solve discipline problems of students. You could say that teachers, mostly, see the supervisor as an agent who monitors their practice. For educators the presence of the supervisor is just to observe your class and then delegate what can be done or not. Faced with this situation, the teacher is helpless, bereft of aid, of trade experience and/or experiences. However, the presence of the supervisor ends up becoming a nuisance. We seek to deepen on the subject, believing that the constant interaction, dialogue and exchange of experiences can contribute to a process of teaching and learning meaningful and contextualized, and also bring some considerations about the important role of the school supervisor in the educational process.

Keywords: Supervisor, teacher, interaction, dialogue, supervision.

* Ivana Guimarães Lodi - Orientadora

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2928733474883886>

Endereço eletrônico: iglodi@terra.com.br